

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.095 - MS (2019/0168133-6)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : DANIELLA CRISTINA DA SILVA (PRESO)**  
**ADVOGADO : GUILHERME EDUARDO GOMES DE LACERDA - MG158642**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **DANIELLA CRISTINA DA SILVA** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

A recorrente sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, diante do excesso de prazo na formação da culpabilidade definitiva, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 146.561/MT.

**É o relatório.**

Decido.

O recurso não merece prosperar.

Com efeito, o tema aqui suscitado relativo ao alegado "excesso de prazo na formação da culpabilidade definitiva" não foi debatido no Tribunal de origem, que concluiu, por meio de decisão monocrática do Desembargador relator, pela prejudicialidade da impetração, pela superveniência de prolação da sentença condenatória.

Como se vê, a defesa não se desincumbiu de exaurir a instância ordinária, uma vez que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente.

Desse modo, verifica-se que o ato alegado como coator foi praticado por Desembargador e não pelo TJMS, de modo a atrair a competência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, II, "a", da Constituição Federal, motivo pelo qual não pode esta Corte Superior examinar a matéria sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

A propósito:

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. NULIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DOSIMETRIA DA PENA. EXASPERAÇÃO DESPROPORCIONAL DA PENA-BASE EM RAZÃO DE APENAS UMA CIRCUNSTÂNCIA NEGATIVA. INOCORRÊNCIA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o *writ* em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

2. A falta de apreciação, pelo Tribunal local, da suscitada nulidade relativa à incompetência absoluta do órgão julgador, impede seu enfrentamento nesta Corte Superior, sob pena de indevida

**supressão de instância. Precedentes.**

3. O aumento de 6 meses por uma vetorial gravosa, não se mostra desarrazoado ou excessivo, sobretudo considerando-se as penas mínima e máxima abstratamente cominadas ao delito imputado, que prevê pena reclusiva de 1 a 3 anos.

4. *Habeas corpus* não conhecido." (HC 303.949/RJ, rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 20/5/2016 – grifou-se.)

"*HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RESPEITO AO SISTEMA RECURSAL PREVISTO NA CARTA MAGNA. NÃO CONHECIMENTO. (...) DOSIMETRIA DA PENA. ILEGALIDADE. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM NO ACÓRDÃO COMBATIDO. INCOMPETÊNCIA DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, dada a sua incompetência para tanto e sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância, da aventada ilegalidade na dosimetria da pena do paciente, tendo em vista que tal questão não foi analisada pelo Tribunal impetrado no aresto combatido.

2. *Habeas corpus* não conhecido" (HC 271.024/SP, rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 05/05/2014 – grifou-se).

Ante o exposto, com fundamento no art. 246 c/c 210, ambos do RISTJ, **nego seguimento** ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator